

# **Economia dominante, uma ciência sem História\***

**Ricardo Paes Mamede**

## **Introdução**

O objecto de estudo da Economia consiste, fundamentalmente, em processos de natureza dinâmica (consumo, poupança, evolução de preços e salários, interacção dos agentes nos mercados, etc.), portanto, fenómenos que se processam no tempo. Os fenómenos económicos ocorrem em contextos históricos concretos, onde variáveis institucionais, políticas, sociais e económicas interagem de modo complexo e num tempo histórico não reversível.

No entanto, socorrendo-se de métodos de análise estática - onde a variável tempo está simplesmente ausente-, ou de métodos dinâmicos que tratam o tempo de modo linear e reversível (ou seja, onde o passado e o futuro são tratados simetricamente), a corrente dominante na Economia continua a não conseguir (ou a não querer) introduzir a história concreta nas suas teorias e modelos, com consequências irreparáveis sobre as suas capacidades de explicação e de previsão.

Neste texto, discuto dois factores (que se interligam) que contribuem para o afastamento da Economia face à História: o primeiro classificarei como ‘obstinação nomotética’ da Economia; o segundo, consiste na incapacidade, que tem sido revelada por esta ciência, de considerar e introduzir nos modelos de forma adequada a multiplicidade dos tempos históricos.

O texto termina com uma referência à importância do papel da História na análise económica e à forma como isto se concretiza em certas abordagens alternativas no seio da Economia.

---

\* Este texto é o resultado de uma reflexão ainda por aprofundar sobre um tema que atinge, directa ou indirectamente, algumas das questões epistemológicas mais relevantes com que a ciência económica se debate actualmente; é como tal que deve ser entendido, independentemente de algumas afirmações transbordarem de certezas (próprias dos iniciados). Agradeço ao Luís Francisco Carvalho e ao Francisco Louçã as sugestões de leituras, ilibando-os naturalmente de quaisquer falhas ou omissões.

## A Obstinação Nomotética

No tempo em que aquilo que é hoje ciência económica era conhecida por Economia Política, e em que os autores se debruçavam fundamentalmente sobre os processos de crescimento das economias ao longo dos tempos (e da distribuição social do rendimento), não só qualquer análise económica estava repleta de história, como era frequente os pensadores económicos darem importantes contributos à história económica das nações. Já depois de Adam Smith, Marx e Mill, também Marshall, Keynes e Shumpeter, foram alguns dos autores para quem o estudo histórico era uma componente essencial do conhecimento sobre os processos económicos (McCloskey, 1976).

Não cabe no âmbito deste texto a discussão exaustiva dos vários factores que contribuíram para situação actual, em que a História é vista como uma ‘quase-ciência’<sup>i</sup> pela ortodoxia dominante na Economia – a-teórica e meramente descritiva – tendo apenas como função um papel acessório na explicação e construção de modelos. Um aspecto determinante desta situação – e que aqui abordamos – é o predomínio do positivismo enquanto paradigma metodológico e que está reflectido na ‘obstinação nomotética’ revelada pela generalidade dos economistas *mainstream*.

A abordagem ‘nomotética’ surge aqui como contraposta à abordagem ‘ideográfica’. Usando os termos de Wallerstein (1991), a primeira consiste numa preocupação fundamental com a modelização rigorosa e o teste de hipóteses, seguindo o princípio de que toda a ciência se deve basear em axiomas de validade universal; enquanto a abordagem ideográfica realça antes a riqueza do detalhe e a complexidade de explicação que uma abordagem mais narrativa oferece.

Em geral, todas as chamadas ‘ciências sociais’ passaram (e passam) pela necessidade de afirmarem o seu estatuto científico face às ciências naturais ditas ‘duras’ (nomeadamente, a Física sempre apareceu aos olhos dos positivistas como o modelo de ciência a seguir), recorrendo à formalização matemática e, frequentemente, à transposição directa dos conceitos e modelos destas últimas. Talvez pela possibilidade de quantificação de muitos dos fenómenos estudados, a Economia foi provavelmente a ciência que mais recorreu a este método. Como consequência, factos sociais foram reduzidos a magnitudes, as

relações sociais tidas como completamente quantificáveis, e o comportamento humano considerado como seguindo condutas permanentes de maximização (Louçã,1997b) – formas de apreender a realidade facilmente reconhecíveis no pensamento económico dominante nos dias de hoje.

A adopção pela economia daqueles modelos – ainda que desde o início reconhecidamente deficientes e baseados em concepções estáticas e mecanicistas, cedo ultrapassados no contexto da própria Física – trouxeram à Economia um estatuto de ciência ‘dura’, o qual nenhuma outra ciência social conseguiu alcançar e que ainda hoje produz os seus efeitos.

O predomínio da abordagem nomotética foi solidificado pela afirmação de um critério de cientificidade de cariz positivista, que só reconhece o estatuto de ciência a hipóteses que possam ser empiricamente testadas (ou, no tão referido conceito popperiano, falsificáveis), normalmente por recurso à inferência estatística.

Um dos resultados desta evolução foi que, a pouco e pouco, os economistas passaram a ter mais vergonha de não saber matemática e estatística, do que de não saber História. McCloskey (1976) aponta os anos 40, como o momento a partir do qual a preocupação com a macroeconomia e com modelos econométricos mais ou menos sofisticados relegou para segundo plano os estudos históricos no seio da economia. As possibilidades crescentes de utilização instrumental dos conhecimentos produzidos no seio da ciência económica, em particular pelo poder político, representaram a legitimação da ‘vitória’ da abordagem nomotética sobre a ‘ideográfica’.

### **Economia sem História**

Esta obstinação pela formalização representou (e representa) frequentemente a opção, mais ou menos consciente, pela enorme simplificação no tratamento teórico dos processos económicos. O tratamento da variável tempo como dimensão a-histórica, é dos exemplos mais elucidativos desta opção, bem como das suas consequências.

Os economistas tendem a considerar que existem tendências de evolução de determinados fenómenos ao longo dos tempos (como, por exemplo, a tendência para o aumento da produção ou da população). À História e aos historiadores económicos cumpre fundamentalmente um papel acessório à abordagem nomotética e à formalização matemática: cabe-lhes identificar regularidades no comportamento das variáveis económicas no tempo, as quais correspondem àquelas tendências seculares; depois de identificadas, tais regularidades são reduzidas a parâmetros que pretendem representar toda a evolução histórica relevante (onde as supostas ‘irregularidades’ não têm lugar).

Excluindo essas tendências seculares - consideram, geralmente, os economistas - as oscilações no funcionamento da economia tendem a girar em torno de um nível de equilíbrio, que se supõe ser o estado natural da economia. Por detrás desta atitude está uma noção de evolução do tempo histórico que insiste na necessidade (ou será o desejo?) da permanência e do equilíbrio da realidade social. No entanto, como processo complexo que é, a evolução histórica está repleta de ‘irregularidades’ – e com essas tem a Economia dominante maior dificuldade em lidar.

Ocasionalmente o funcionamento ‘normal’ da economia é perturbado por determinados acontecimentos. Por exemplo, na sua busca das ‘leis’ do funcionamento da economia, os economistas deparam-se frequentemente com fenómenos que perturbam as tendências gerais (supostamente) verificadas: guerras, revoluções, crises petrolíferas (entre as mais óbvias). Estes acontecimentos representam, geralmente, alterações de ritmo e até de sentido na evolução esperada das variáveis económicas: preços, salários, produção, etc.. Confrontados com tais situações, os economistas recorrem quase sempre a estratégias defensivas: ou tais acontecimentos são considerados como individualmente irrelevantes (ou como anulando-se mutuamente – isto é, têm média igual a zero), não pondo em causa as ‘leis’ estabelecidas; ou sendo estes factores exógenos, assume-se que não cabe à Economia explicá-los.

Desta forma, toda a complexidade do funcionamento das sociedades e da sua evolução, as instituições e as normas sociais, são tidas como dados, como se a economia fosse separável dos contextos sociais, políticos e institucionais em que se insere e, mais grave,

como se a evolução nestes domínios não tivesse implicações sobre a economia e vice-versa.

A ciência económica torna-se num conjunto de axiomas e proposições, construídos por indução lógica, a qual fornece consistência interna às teorias e aos modelos. Claro está que, nestas condições, a capacidade explicativa e de previsão dos modelos económicos se torna muito limitada.

É a famosa cláusula *ceteris paribus* ('mantendo tudo o resto constante'), que retira à Economia capacidade explicativa abrangente dos fenómenos em sociedade. Mas, ao mesmo tempo, esta cláusula cumpre um papel fundamental no seio do positivismo dominante na ciência económica, que consiste em protegê-la do critério legitimador popperiano – não se pode refutar uma teoria só porque uma dada previsão não se concretizou, uma vez que factores externos influenciaram o 'processo normal'.<sup>ii</sup>

Granger (1981), cita o exemplo das análises de conjuntura, feitas pelos mais credenciados economistas da época, que insistiram em anunciar a recuperação em vésperas da grande depressão de 1929. Outros exemplos mais recentes podem ser encontrados quotidianamente, em análises de economistas que insistem em utilizar os seus modelos a-históricos para fazerem previsões sobre a evolução da economia, desenquadrando-a da evolução das estruturas políticas, sociais e institucionais. Como nos diz Granger (*idem*, p. 379), os fracassos de certas previsões não condenam todas as tentativas de previsão com base em variáveis sintomatológicas escolhidas, “ensina-nos somente quão difícil é a escolha dos sintomas, e quão poderosa é a tentação de cristalizar um primeiro esquema apesar dos desmentidos impostos pelos factos.”

Se a estratégia defensiva do tratamento da evolução histórica como uma variável exógena – e, portanto, cuja explicação cai fora do domínio da ciência económica – é a mais frequente entre as correntes dominantes da Economia, ela não é, no entanto, a única. Tentando ultrapassar o conceito da separação entre o domínios económicos e os domínios sociais, políticos e institucionais, outra estratégia surge, por vezes, no seio do pensamento económico, a qual consiste em considerar que os acontecimentos históricos são todos eles determinados pela evolução do sistema económico – neste contexto, as guerras, as

revoluções e outras crises são tão-só acontecimentos recorrentes ou cíclicos, inerentes ao próprio sistema económico. A estratégia consiste agora em sobrepor o funcionamento do sistema económico a todas as outras dinâmicas inerentes ao funcionamento da sociedade – sociais, políticas, institucionais – sendo estas determinadas por aquela.

Do determinismo económico total ao autismo voluntário e deliberado, a ciência económica vê-se incapaz de compatibilizar as suas teorias com o processo de evolução histórica e com os seus múltiplos tempos.

### **Multiplicidade dos tempos históricos**

Ainda no século XIX, Walras estabeleceu as condições necessárias para o equilíbrio geral na economia. Segundo a sua concepção, o equilíbrio geral seria o estado natural da economia, para o qual esta tenderia desde que as condições apresentadas fossem respeitadas. Apesar de baseado em hipóteses restritivas (entre as quais as tradicionais hipóteses de informação e concorrência perfeitas em todos os mercados) e de ser um modelo de análise estática, o equilíbrio geral de Walras tornou-se numa das referências fundamentais da economia neoclássica dominante.

Neste modelo, o tempo histórico é um conceito ausente. Os processos económicos são tidos como reversíveis, não existindo diferença fundamental entre o afastamento e a aproximação da economia relativamente ao seu ponto de equilíbrio (Louçã, 1997a).

A evolução da teoria neoclássica levou à integração de características dinâmicas na análise dos modelos económicos. Por exemplo, em resposta às insuficiências reveladas pelos modelos keynesianos na explicação do aumento da inflação nos anos 70, surgiu a teoria das expectativas racionais. Segundo esta, os agentes económicos utilizam toda a informação que têm ao seu dispor para prever eventuais movimentações nos preços praticados na economia, antecipando assim as variações sistemáticas de preços. Neste contexto, os ciclos económicos são explicados pelo facto de existirem choques não previsíveis (tidos como residuais), os quais demoram algum tempo a serem compreendidos pelos agentes. Durante um curto espaço de tempo, verificar-se-ão

alterações de funcionamento na economia (níveis de produção, salários reais, etc.), mas esta voltará ao seu estado de equilíbrio à medida que os agentes económicos se aperceberem das variações ocorridas (Blaug, 1990).

A teoria das expectativas racionais é com certeza dinâmica, mas é ainda assim uma abordagem a-histórica dos processos económicos. Ela pretende explicar a inflação dos anos 70 com base numa imagem de indivíduo racional, informado e maximizador<sup>iii</sup>; factos históricos de relevância incontornável como a derrocada do sistema financeiro de Bretton Woods ou a primeira crise petrolífera, são consideradas em segundo plano como acontecimentos exógenos e, como tal, não fundamentais no funcionamento ‘intrínseco’ da economia.

A ortodoxia dominante demonstra uma enorme incapacidade de lidar com os problemas levantados por uma concepção irreversível do tempo histórico. E no entanto, esta é a única concepção compatível com a evolução e a mudança históricas, que deixa transparecer a transformação social e institucional em que o crescimento económico se processa.

Como afirma Wallerstein (1991), o problema metodológico do tratamento simultâneo da continuidade das estruturas e da presença permanente da mudança estrutural, é difícil de resolver. Ainda assim, é necessário fazer dele o dilema fundamental na análise dos processos económicos no tempo.

Subjacente a esta questão, está a ideia de que os vários processos económicos evoluem em ritmos e segundo padrões diferentes. Podem identificar-se tendências de evolução lineares ascendentes, cíclicas, estocásticas, etc.. Por exemplo, identificamos tendências de crescimento permanente da produção mundial e, simultaneamente, verificamos oscilações cíclicas nos ritmos a que esse crescimento se processa. Ou ainda, podem identificar-se variações regulares nos preços de determinados produtos.

A interdependência na evolução de fenómenos de natureza económica que se processam a diferentes ritmos no tempo histórico, não é ignorada no seio da ciência económica.<sup>iv</sup> No entanto, a já falada ‘obstinação nomotética’ leva permanentemente os economistas a

fazerem concessões em questões epistemológicas fulcrais, em troca da possibilidade de formalização matemática e modelização dos fenómenos.

Segundo Louçã (1997c), Kondratiev<sup>v</sup> – pioneiro na aplicação dos métodos estatísticos de tratamento de séries temporais – ter-se-ia, apercebido, em dado momento, das dificuldades metodológicas colocadas no tratamento simultâneo dos chamados fenómenos ‘estáticos’ e ‘dinâmicos’. Kondratiev terá realçado as insuficiências no desenvolvimento do conhecimento matemático e estatístico à época, no que respeita ao tratamento adequado daquelas questões. Ainda assim, o seu trabalho continuou a basear-se nos mesmos métodos de extracção das tendências de longo prazo para a análise de séries temporais, defendendo-se por detrás de argumentos nem sempre consistentes (ver Louçã, *idem*).

A questão é, como estabelecer um quadro teórico que permita relacionar os vários ritmos e padrões de evolução na economia. Os economistas tendem a assumir como dadas as tendências de longo prazo (como se tivessem vida própria), procurando estudar as variações nos fenómenos observados, extraindo a tendência das séries estatísticas em análise. Desta forma, estão a assumir como independentes dois fenómenos que fazem parte do mesmo processo e que se influenciam mutuamente: por um lado, a existência de um conjunto de estruturas que se supõem estáveis e, por outro lado, as oscilações que se verificam nessas estruturas. Esta divisão é, naturalmente fictícia: uma crise económica, que pode ser considerada como parte de um movimento cíclico dentro de uma dada estrutura (produtiva, institucional, etc.), pode levar ao aparecimento, por exemplo, de uma nova tecnologia de produção com implicações profundas sobre a estrutura que se supõe permanente.

Naturalmente, estes não são problemas novos para a História enquanto ciência. Muito tem a Economia a beneficiar se conseguir integrar nas suas análises tais métodos da análise histórica.

## **A história na Economia**

Como vimos, o papel dos historiadores económicos tem sido, fundamentalmente, o de ‘alimentar’ as abordagens nomotéticas na Economia, baseando o seu trabalho numa história quantitativa que visa obter informações sobre as regularidades dos processos económicos no tempo. No entanto a compreensão dos diversos tempos históricos, dos ciclos e das tendências, bem como das relações que se estabelecem entre eles, não se faz sem a análise da evolução das instituições e dos sistemas económicos em estudo.

Como defende Wallerstein (1991), a análise histórica dos fenómenos económicos tem de ter presente um conjunto de preocupações metodológicas, em que se incluem: a especificação e justificação da unidade de análise (i.e., do sistema histórico considerado e seus limites); o estabelecimento de hipóteses sobre as relações entre ciclos e tendências; a distinção entre aquilo que são mudanças de conjuntura e as transições históricas; as relações entre os fenómenos económicos e os fenómenos políticos e sociais.

Além disso, tal como os historiadores económicos são influenciados pelas suas ideias *a priori* (nomeadamente no que respeita às teorias económicas em que sustentam as suas análises), também os economistas são influenciados, na construção das suas teorias e modelos, pelo contexto histórico em que vivem. Todas as teorias económicas são influenciadas pela experiência pessoal e geracional dos teóricos que as formulam; e nunca estão livres da tendência para a generalização a todos os períodos históricos dos fenómenos observados nos momentos históricos em que são produzidas.

Se estas preocupações metodológicas forem tidas em conta, a Economia poderá retirar do conhecimento do passado maiores benefícios para o seu enriquecimento teórico e capacidade explicativa, do que aqueles que tem, até agora, utilizado.

Nos anos mais recentes, têm-se assistido, no seio da ciência económica, ao desenvolvimento de teorias e métodos que visam o tratamento dos fenómenos dinâmicos. Muitos dos modelos saem directamente do seio das correntes dominantes, baseando-se nos mesmos pressupostos (nomeadamente no que respeita ao comportamento dos agentes

económicos individuais) e ignorando questões respeitantes ao desenvolvimento histórico das instituições económicas, políticas e sociais.<sup>vi</sup>

Outras abordagens alternativas procuram integrar a análise histórica na construção do conhecimento económico de várias formas: umas defendendo uma abordagem mais ideográfica, em detrimento das preocupações nomotéticas dominantes, rejeitando os ‘complexos’ de falta de cientificidade de uma teorização mais descritiva e menos formalizada (ver, por exemplo, Wallerstein, 1991<sup>vii</sup>); outros procuram compatibilizar o rigor de formalização, com a consideração da importância das implicações do desenvolvimento histórico sobre o funcionamento da economia (Louçã, 19997a, 19997b, 1997c). Os autores que se consideram neste último grupo, apostam particularmente no desenvolvimento de novos métodos matemáticos, nomeadamente no campo das novas teorias da complexidade.

De uma forma ou de outra, a integração da história na teoria económica dificilmente se fará sem questionar a capacidade de formalização matemática da produção teórica, a qual tem constituído o aspecto distintivo da Economia no seio das ciências sociais. A existência deste *trade-off* exigirá da Economia que se torne menos ‘pura e dura’ para que se torne mais real.

## BIBLIOGRAFIA

**Blaug, M. (1990);** *História do Pensamento Económico*, 2º vol., Dom Quixote, Lisboa, pp. 481-187

**Boyer, R. (1990);** “L’Économie peut-elle oublier qu’elle s’inscrit dans l’Histoire?”, *Problèmes économiques*, nº 2.167, 21 mars 1990, pp. 1-6

**Clark, N. e Juma, C. (1992);** *Long-Run Economics: An Evolutionary Approach to Economic Change*, Pinter Publishers, London

**Granger, G.-G. (1981);** “Epistemologia Económica”, in Piaget, J. (dir.): *Lógica e Conhecimento Científico*, 2º vol., Livraria Civilização, Porto, pp. 355-383

**Hicks, J. (1985);** “É a Economia uma Ciência?”, *Estudos de Economia*, vol. 5, nº2, Jan-Mar, 1985, pp.131-142

**Louçã, F. (1997a)**; “Time in Economics: The Poverty of Simplicity”, *Estudos de Economia* (no prelo), ISEG

**Louçã, F. (1997b)**; “How Long is the Long Time: a Critical Review of Historical Methods in Economic Research”, Documento de trabalho N°1/97, Departamento de Economia, ISEG

**Louçã, F. (1997b)**; “Nicolai Kondratiev and the academic consensus about history and statistics”, History of Economic Thought Conference, 3-5 September 1997, Bristol

**McCloskey, D. (1976)**; “Does the Past Have Useful Economics?”, *Jornal of Economic Literature*, pp. 434-461

**Wallerstein, I. (1991)**; “A Theory of Economic History in Place of Economic Theory?”, *Revue économique*, N°2, mars 1991, pp. 173-180

---

**Notas:**

<sup>i</sup> John Hicks (1985), um Prémio Nobel da Economia, apresenta a Economia como estando entre a ciência e a História, retirando assim o estatuto de ciência a esta última

<sup>ii</sup> Na verdade, torna-se, no mínimo, suspeita a aplicabilidade do critério falsificacionista de legitimação da ciência no plano das ciências sociais: em última análise, podemos dizer que nenhuma hipótese sobre um processo social é falsicável pelos factos, uma vez que não se pode controlar laboratorialmente todas as variáveis e, portanto, a falha da previsão pode ser atribuída a um qualquer evento ‘exógeno’

<sup>iii</sup> O paradigma do ‘individualismo metodológico’ é dominante na ciência económica actual; no seu seio, as decisões económicas são vistas como resultados das decisões racionais dos agentes individuais isolados, os quais agem com vista a maximizarem a sua situação em cada momento. A desconstrução deste paradigma irrealista e desadequado, pode encontrar-se, por exemplo, em Hodgson (1994), *Economia e Instituições: manifesto para uma economia institucionalista moderna*.

<sup>iv</sup> Ainda que, na prática corrente, poucos economistas ponderem sobre a o assunto.

<sup>v</sup> Economista russo, conhecido pelos seus trabalhos sobre teorias das ondas longas do desenvolvimento capitalista, fundamentalmente durante os anos vinte deste século.

<sup>vi</sup> Tal como afirmámos em relação à teoria das escolhas racionais, a generalidade destas abordagens são a-históricas, ainda que dinâmicas.

<sup>vii</sup> Num momento mais exaltado deste texto, Wallerstein lança a palavra de ordem “Away with the ceteris paribus clause!”